

PORTARIA Nº 82/2025

Dispõe sobre a instituição do Comitê Setorial de Proteção de Dados Pessoais e a designação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais no âmbito da Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA/CE.

O Diretor-Presidente da Empresa CEASA/CE, **HEBERT DOS SANTOS LIMA**, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), resolve:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da CEASA/CE, o Comitê Setorial de Proteção de Dados Pessoais, com a finalidade de:

- I – estabelecer ações e procedimentos necessários ao atendimento das normas definidas na PEPD e na Lei Federal n.º 13.709, de 2018;
- II – monitorar, no seu âmbito setorial, o cumprimento das diretrizes e normas definidas pela PEPD;
- III – desenvolver políticas internas que estejam em consonância com a PEPD e a Lei Federal n.º 13.709, de 2018;
- IV – fomentar uma cultura organizacional que valorize a privacidade e a proteção de dados, incentivando boas práticas entre os colaboradores;
- V – coordenar, em articulação com o encarregado de dados, as atividades necessárias em resposta a consultas ou solicitações da ANPD, em articulação com o CEPD;
- VI – comunicar ao CEPD qualquer incidente de segurança que tenha repercussão na proteção de dados pessoais;
- VII – fornecer orientação e treinamento para os colaboradores sobre as práticas adequadas de tratamento de dados.

Art. 2º - O Comitê Setorial de Proteção de Dados será composto pelos seguintes membros:

- I – 2 (dois) representantes da gestão superior (Diretoria);
- II – representante da área de tecnologia;
- III – representante da unidade setorial de controle interno;
- IV – encarregado de dados pessoais.

Art. 3º - Da Designação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais

I – O Encarregado pelo tratamento de dados pessoais será o colaborador **JOSÉ VALDECIR LIMA DE SOUZA – Matrícula 1080**, conforme disposto no parágrafo único do Art. 7º c/c Art. 9º da Lei Estadual nº 18.699, de 07 de março de 2024.

Art. 4º - São atribuições do Encarregado de Dados da CEASA-CE:





Ceasa
Central de Abastecimento
do Ceará S/A



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

- I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares de dados pessoais, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- II - orientar os servidores, os funcionários e os contratados a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
- III - realizar o mapeamento dos processos de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito do órgão ou da entidade estadual, inclusive dos compartilhamentos com entidades públicas ou privadas, propondo adequações à luz da LGPD;
- IV - realizar a gestão e proteção de dados pessoais dentro do seu órgão de atuação;
- V - cumprir as ações e deliberações instituídas pelo CEPD;
- VI - atender às normas complementares da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;
- VII - participar e contribuir com o CSPD.

Das Disposições Finais

Art. 5º – O Comitê Setorial de Proteção de Dados deverá regulamentar seu regimento interno, que estabelecerá os ritos de funcionamento do Comitê.

Art. 6º – O tratamento de dados pessoais pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública do Poder Executivo deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

Dê-se ciência. Cumpra-se.

Maracanaú-CE, 04 de julho de 2025.


Hebert dos Santos Lima
Diretor Presidente – CEASA-CE